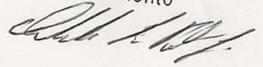


 **AEPET**
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AGO AGE

Data: 25/05/2014

A Mesa atesta o recebimento deste documento

Ass.: 

Justificação de Voto do Acionista Minoritário AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás, na AGE da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, realizada em 25/05/2014, a partir das 15:00 h.

Senhor Presidente, senhoras e senhores acionistas,

No exercício do direito de fiscalizar, sabidamente uma das prerrogativas essenciais do acionista, consoante o art. 109, III, da Lei 6.404/76, o acionista minoritário, AEPET – ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS – AEPET e outros que quiserem acompanhá-la - justificam nesta AGE o voto às matérias da Ordem do Dia. Com base no art. 130 daquela lei solicitam sua transcrição integral na Ata desta assembléia.

1- DEFESA DA PETROBRÁS CONTRA A CORRUPÇÃO

As tentativas de corrupção da instituição estatal são um problema histórico, sua natureza é sistêmica e vai muito além da Petrobrás e do governo de plantão. No entanto, é inegável o grande aumento da fragilização institucional da Companhia na relação com seus fornecedores de bens e serviços.

A operação Lava-Jato tem revelado como empresários estavam organizados em cartel para obter contratos superfaturados e lesar a Petrobrás. Para atingir o objetivo de fazer prevalecer o interesse privado, em detrimento do interesse da Petrobrás e da maioria da Sociedade, se utilizaram do tráfico de influência junto aos políticos para nomear funcionários de aluguel no topo da hierarquia corporativa.

Entendemos que deve ser obedecido o marco legal para gestão das Empresas Estatais que garante uma atuação competitiva nos moldes de empresa privada, mas não permite desvios da Função Social para a qual ela existe. Assim, devem ser estabelecidos, critérios para que a escolha dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração que privilegiem a competência, a experiência, a ética e a idoneidade para que eles sejam agentes dessa Função Social. Deve ser estabelecido um Contrato de Gestão, dos Dirigentes, com o Governo, com uma periódica prestação de contas.

A AEPET vem historicamente denunciando a prevalência do interesse privado na relação entre empresários privados e a Petrobrás. Sobre este tema se pronunciou em diversas cartas à diretoria da empresa e em votos nas assembleias de acionistas. Registramos que, em vários votos nossos, apontamos os contratos do tipo EPC (sigla em inglês para *Engineering, Procurement and Construction – Projeto, Suprimento e Construção*) como nefastos por aumentar custos, baixar a qualidade e tornar a Companhia refém do Contratado, que não tem compromisso com o resultado do Empreendimento. A condução dos empreendimentos do COMPERJ, RNEST, PREMIUM 1 e PREMIUM 2 foram conduzidos nesse modelo, num verdadeiro retrocesso em relação à bem-sucedida prática histórica da Petrobras, e deu no que está aí, – absurdamente lesivo aos interesses da companhia. Chegou a ser criado um centro de excelência em EPCismo!

Para sanar a fragilidade institucional da Petrobrás perante a corrupção enviamos carta ao presidente Aldemir Bendine em 17 de março de 2015, na qual detalhamos 14 iniciativas de natureza corporativa para a defesa da companhia. Essas propostas foram resultado do trabalho voluntário de muitos profissionais experientes e competentes.



1

A carta pode ser encontrada na íntegra no nosso portal da internet, www.aepet.org.br,

A AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás reprovava as contas do ano de 2014 por dois motivos:

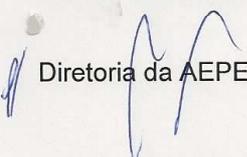
1. Em função do uso pela Petros de premissas atuariais inadequadas com relação ao crescimento real dos salários e na composição familiar dos Assistidos, o compromisso da Petrobrás para com a Petros ficou subavaliado.
2. Não ter havido baixa contábil no primeiro trem da Refinaria Abreu e Lima, quando seu custo contábil está certamente sobre valorizado, já que internacionalmente o custo máximo médio para construção de refinarias é de US\$35 mil/capacidade de barril refinado e a Refinaria Abreu e Lima apresenta um custo de mais de US\$80 mil/ capacidade de barril refinado.

Para concluir, o problema da corrupção na Petrobras não será resolvido somente com a punição dos envolvidos flagrados na Operação Lava Jato. Um processo desses que se desenvolveu durante décadas teve um efeito danoso à Petrobrás e ao País. Os controladores das empresas se locupletaram à custa dela e do País. Eles causaram uma perda profunda na imagem da Companhia e têm que ser responsabilizados e punidos. Além disso, tornou evidente a fragilidade dos processos sucessórios na instituição para evitar a corrupção. É preciso implantar uma política de pessoal efetiva que privilegie o mérito e a responsabilidade de todos com seus processos.

A fragilização do sistema de planejamento - conduzido por estrangeiros - e controles da Companhia permitiu que uma inédita interferência de interesses estranhos - seja por consultorias, político-partidários e de governo, econômicos, nos levasse a essa terrível situação de fragilidade financeira, de imagem e governança, apesar dos sucessos tecnológicos e boa capacidade econômica. Para melhorar isso temos que adotar novos processos de indicação dos Conselheiros de Administração e dos membros da Diretoria, que possam privilegiar sua competência, ética e idoneidade, e profundo comprometimento com a razão de ser da Petrobrás, social e estratégica.

Lamentamos que os nossos inúmeros alertas e advertências externados para esta egrégia Assembleia, fruto da experiência e conhecimento de nossos associados, pessoas comprometidas com a Petrobrás, não tenham tido a devida consideração por parte de suas Administrações. Se isso tivesse ocorrido, provavelmente boa parcela desses problemas teria sido evitada.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2015.


Diretoria da AEPET

2